Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

DE AGENTE DA REPRESSÃO A PASTOR

O depoimento de Cláudio Guerra à Comissão Nacional da Verdade (2012-2014)

FROM AGENT OF REPRESSION TO PASTOR

The testimony of Cláudio Guerra to the National Truth Commission (2012-2014)

DANIELE DE PAULA[1]

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar os depoimentos de Cláudio Guerra à Comissão Nacional da Verdade (2012 - 2014), com o objetivo de refletir sobre as suas estratégias narrativas e os efeitos políticos e sociais de sua palavra. Além dos depoimentos em si, foram utilizadas fontes complementares como entrevistas, documentos da Polícia Federal e o livro de memórias do próprio depoente, com o objetivo de compreender melhor a sua trajetória e a possível veracidade de suas declarações. A partir da análise realizada, defende-se que apesar das inúmeras controvérsias que envolvem a palavra de Cláudio Guerra, os seus depoimentos à CNV contribuíram para o esclarecimento de crimes da repressão, tiveram valor simbólico ao romper com o discurso defendido pelo regime militar e foram utilizados por ele como uma forma de reconstruir moralmente a sua imagem no tempo presente.

Palavras-chave: Ditadura. Perpetradores. Memória. CNV.

ABSTRACT

This article analyzes Cláudio Guerra's testimonies to the National Truth Commission (2012 - 2014), aiming to reflect on his narrative strategies and the political and social impact of his statements. In addition to the testimonies themselves, supplementary sources – like interviews, Federal Police documents, and the deponent's own memoirs – were used to better understand his trajectory and the potential veracity of his claims. The analysis argues that, despite the numerous controversies surrounding Cláudio

[1] Mestranda no programa de História Social da USP. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2755-441X. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/02536-0.

Guerra's account, his testimonies to the Commission helped shed light on crimes committed by the repressive apparatus, held symbolic value by breaking with the narrative upheld by the military regime, and served as a means for him to morally reconstruct his image in the present.

Keywords: Dictatorship. Perpetrators. Memory. CNV.

INTRODUÇÃO

Cláudio Antônio Guerra foi delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Espírito Santo, durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Nesse período, ele afirma ter sido recrutado pela repressão e participado de execuções, incineração de corpos e atentados terroristas promovidos para impedir a transição política. Anos depois, já afastado da carreira policial e cumprindo pena por assassinato[2], Guerra declarou ter passado por uma conversão religiosa, o que o levou a revelar publicamente detalhes de seu passado na repressão. O rompimento do silêncio ocorreu primeiramente por meio do livro *Memórias de uma guerra suja*, publicado em 2012, pela editora Topbooks. Posteriormente, o ex-delegado também colaborou com a Comissão Nacional da Verdade e concedeu diversas entrevistas a jornalistas, nas quais reiterou em detalhes os crimes cometidos durante a ditadura militar.

Vale destacar que as declarações de Guerra suscitaram muita desconfiança e que tanto setores da extrema direita, quanto segmentos da esquerda, o acusaram de estar mentindo. Maria Joseíta Brilhante Ustra[3], por exemplo, insinuou que ele estaria recebendo benefícios para mentir e colaborar com as "perseguições" promovidas pela Comissão Nacional da Verdade (Ustra, 2012). Já o Partido Comunista Revolucionário o acusou de estar mentindo para proteger amigos e para despistar a CNV (A Verdade, 2012). Apesar de tais controvérsias envolvendo o livro, as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal confirmaram a veracidade das declarações de Guerra sobre o

[2] Cláudio Guerra foi preso sob a acusação de envolvimento em um atentado a bomba contra o bicheiro Jonathas Bulamarques, nos anos 1980.
[3] Trata-se da esposa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos personagens mais conhecidos da repressão brasileira.

destino dado ao corpo de doze opositores do regime[4].

Ademais, como aponta uma ampla bibliografia sobre o tema, a relevância da palavra do perpetrador não reside apenas no caráter verdadeiro ou falso de suas declarações, mas também nos efeitos causados na sociedade e nas disputas sobre o passado de violência (Feld; Salvi, 2016, 2021). Em outras palavras, as declarações de agentes da repressão podem mobilizar debates, provocar reações e, em alguns casos, contribuir para tensionar narrativas já consolidadas sobre o passado. Posto isso, o objetivo deste artigo é analisar os depoimentos de Cláudio Guerra à Comissão Nacional da Verdade e os seus possíveis efeitos políticos e sociais.

No entanto, eleger um perpetrador como objeto de estudo traz inúmeros desafios. Do ponto de vista metodológico, a fala desses indivíduos costuma ser atravessada por estratégias narrativas que distorcem, ocultam ou reconfiguram o passado, sobretudo em contextos de comissões da verdade ou julgamentos (Melenotte, 2020). Entre as estratégias mais recorrentes estão as mentiras deliberadas (Aguila, apud: Joffily; Chirio, 2025, p. 215), o negacionismo, a minimização da própria participação na engrenagem repressiva, a deslegitimação das vítimas e a elaboração de justificativas para a violência perpetrada.

Contudo, mesmo com essas “armadilhas”, acreditamos que a palavra do perpetrador não deve ser descartada como fonte histórica, tendo em vista o seu potencial para ajudar a compreender as disputas pela memória da ditadura, a lógica da repressão e a superar o “silêncio” dos arquivos (Joffily; Chirio, 2025, p. 217). Nesse sentido, defendemos que o caminho mais produtivo seja confrontar os depoimentos com outras fontes, considerar o contexto em que foram colhidos e efetuar uma crítica interna rigorosa, levando em conta os possíveis interesses, manipulações e reelaborações do passado narrado.

[4] Guerra afirma que os corpos dos militantes foram incinerados por ele na Usina Cambahyba, localizada em Campos Goytacazes, no Rio de janeiro. Entre as vítimas estariam: Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva, João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira, Davi Capistrano da Costa, João Massena Melo, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, José Roman, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Armando Teixeira Fructuoso e Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto.

Em relação aos desafios teóricos, a própria categoria “perpetrador” mobiliza um grande debate acerca de sua validade[5]. Na mesma direção, categorias como “testemunho” e “confissão” precisam ser manejadas com cuidado pelo pesquisador, pois cada uma delas aciona pressupostos distintos sobre a fala do sujeito estudado. O termo “testemunho”, por exemplo, costuma estar associado à figura da vítima ou a alguém que presenciou um acontecimento, além de carregar uma expectativa de verdade, de relato fidedigno sobre aquilo que foi visto ou sofrido[6] (Joffily; Chirio, 2025, p. 214). Sendo assim, a definição de “testemunho” torna problemática a sua aplicação aos perpetradores, uma vez que estes não são vítimas ou espectadores passivos dos atos narrados, além de suas falas, como discutido anteriormente, serem atravessadas por inúmeras armadilhas.

Já a “confissão”, em sua definição clássica, remete à manifestação do réu diante de um juiz ou ao reconhecimento dos pecados perante uma autoridade religiosa. Ambas as acepções pressupõem o reconhecimento da responsabilidade, algo que raramente ocorre nos relatos de perpetradores (Joffily; Chirio, 2025, p. 214). Por essa razão, como defendem Mariana Joffily e Maud Chirio, o termo “declaração” se mostra o mais adequado para designar a fala desses sujeitos, pois remete a uma explicação que é, desde o início, recebida com desconfiança por quem a escuta (Joffily; Chirio, 2025, p. 214). Em síntese, o conceito ajuda a afastar a narrativa do perpetrador de noções como “verdade”, “arrependimento” ou “relato passivo”, além de deixar evidente que se trata de uma narrativa carregada de controvérsias (Joffily; Chirio, 2025, p. 214)

[5] Como apontam Claudia Feld e Valentina Salvi, ainda que a categoria “perpetrador” seja amplamente utilizada no meio acadêmico para designar indivíduos envolvidos direta ou indiretamente em crimes contra a humanidade, as categorias nativas para nomear esses agentes variam de país para país. Na Argentina, por exemplo, prevalece o termo “repressor”, enquanto no Brasil é mais comum a utilização de “torturador”. Dessa forma, as autoras indicam a necessidade de historicizar melhor cada categoria e pensar a sua aplicação para cada caso. Neste artigo, optamos pela categoria “perpetrador” devido à sua tradição acadêmica e por acreditarmos que o termo “torturador” carrega valores semânticos (alguém que pratica a tortura) que não se adequam à trajetória de Cláudio Guerra na repressão (não há nenhuma evidência que ele tenha torturado). Para saber mais, ver: Feld; Salvi, 2016.

[6] É importante pontuar que os testemunho das vítimas também precisam passar por uma crítica rigorosa, uma vez que eles também carregam vieses, esquecimentos e reelaborações (conscientes ou não). Como aponta Beatriz Sarlo, ainda que os testemunhos de vítimas tenham exercido um papel importante na reconstrução dos passados de violência, eles não podem ser tomados como relatos fidedignos do passado. Ver: Sarlo, 2007.

O estudo dos perpetradores envolve ainda desafios de ordem ética e política. Do ponto de vista ético, Claudia Feld e Valentina Salvi ressaltam a dificuldade de se aproximar, compreender, explicar e contextualizar uma perspectiva que, para o/a pesquisador/a, tende a ser percebido como moralmente inadmissível (Feld; Salvi, 2016). No plano político, as autoras também observam que a decisão de tomar a palavra do perpetrador como objeto de estudo pode suscitar suspeitas de cumplicidade por parte do/a pesquisador/a. Contudo, elas mesmas apontam que:

> Estudar ou analisar esses discursos e intervenções públicas não implica, de modo algum, legitimar ou reproduzir acriticamente tais considerações. Pelo contrário, é justamente porque essa palavra controversa participa das lutas memoriais e políticas do presente, porque causa efeitos e gera sentidos em diversos âmbitos sociais, que seu estudo é relevante para sustentar e apoiar as lutas das vítimas e suas demandas por reparação e justiça (Feld; Salvi, 2016, p. 3; tradução própria)[7]

Todos esses desafios que envolvem a área, ainda de acordo com Claudia Feld e Valentina Salvi, contribuem para que a produção sobre perpetradores ainda seja pequena na Argentina (Feld; Salvi, 2016). No Brasil, de maneira semelhante, há poucas pesquisas dedicadas ao universo dos perpetradores[8], sobretudo quando comparadas ao volume expressivo de estudos voltados às vítimas, aos movimentos de resistência e às estruturas institucionais da repressão. Sendo assim, este artigo busca contribuir para esse campo de estudos ainda pouco explorado pela historiografia brasileira e, cuja expansão consideramos essencial para aprofundar a compreensão sobre o funcionamento interno da repressão, o fenômeno da violência[9], a memória desses indivíduos e

[7] No original: “Estudiar o analizar estos discursos e intervenciones públicas no implica en absoluto avalar o reproducir acriticamente esas consideraciones. Por el contrario, es porque esa palabra controvertida participa en las luchas memoriales y políticas del presente, porque tiene efectos y genera sentidos en diversos âmbitos sociales, que su estudio es relevante precisamente para sostener y apoyar las luchas de las víctmas y su necesidad de reparación y justicia”. Ver: Feld; Salvi, 2016.

[8] Mais recentemente, o campo tem sido explorado a partir de perspectivas que analisam a representação do perpetrador no cinema e na literatura. Há também trabalhos como os de Mariana Joffily e Maud Chirio, que investigam a palavra do perpetrador sob diferentes enfoques, buscando compreender não apenas suas narrativas e estratégias discursivas, mas também as próprias estruturas e dinâmicas da repressão. Ver: Campos, 2022. Seliprandy, 2019. Joffily; Chirio, 2025. Joffily, 2013.

[9] Uma das principais preocupações do campo de estudos dos perpetradores é compreender a chamada “passagem ao ato”, ou seja, o que leva indivíduos “comuns” a praticarem graves violações de direitos humanos.

a forma como eles reelaboraram as suas trajetórias no pós-ditadura.

1. A TRAJETÓRIA DE CLÁUDIO GUERRA: DE AGENTE DA REPRESSÃO A PASTOR EVANGÉLICO

Cláudio Antônio Guerra nasceu em 1940, na cidade de Carangola, em Minas Gerais. Atuou profissionalmente como escrivão no Espírito Santo, até ser nomeado delegado do DOPS, no início dos anos 1970. Segundo seu próprio relato, foi nesse período que ele conheceu o coronel Freddie Perdigão[10], figura central da repressão política. Ainda de acordo com Guerra, o encontro foi organizado pelo procurador Geraldo Abreu:

> Quando fui para a reunião, não imaginava que iria entrar numa guerra política, no submundo da luta contra os inimigos do regime. No escritório do procurador conheci aquele que seria o meu mentor, chefe e depois companheiro no combate à esquerda armada, coronel Freddie Perdigão (...) saí daquele gabinete consciente de que era um caminho sem volta, e de fato foi, até o momento em que tive um encontro com Jesus Cristo (Guerra, apud: Netto; Medeiros, 2012, p. 36).

Guerra não aborda em seu livro o que esperava da reunião, mas deixa claro que aceitou o "trabalho" e que a partir de então iniciou o seu vínculo com o regime militar. À serviço da ditadura, ele afirma ter participado de execuções[11], ocultações de cadáveres e atentados terroristas promovidos para barrar a transição política. Em troca dos serviços prestados, o ex-delegado diz ter adquirido poder e recebido benefícios econômicos, "eu tinha uma conta como Cláudio Antônio Guerra, para pagamento de minhas atividades oficiais, para movimentação do meu salário de policial, e outra como Stanislaw Meireles, para as operações clandestinas" (Guerra, apud: Netto; Medeiros, 2012, p. 142). Tal dinheiro, ainda de acordo com Guerra, era alto e provinha da iniciativa privada[12],

[10] O coronel Freddie Perdigão, de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, participou de diversos crimes envolvendo detenção ilegal, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. Ver: Brasil, 2014.

[11] No livro Memórias de uma guerra suja, Guerra afirma ter executado Nestor Veras, Ronald Mouth Queiroz, Emanuel Bezerra, Manoel Aleixo da Silva e a Ismael Veríssimo. Ele também narra outras execuções, das quais não participou, mas teve conhecimento. Ver: Netto; Medeiros, 2012.

[12] Devido à falta de documentos não foi possível verificar as informações de Guerra, contudo, há muitas evidências que apontam para a participação da iniciativa privada na repressão, sendo um dos casos mais conhecidos o financiamento da Operação Bandeirantes. Vale destacar ainda que trabalhos como os de René Dreifuss (1964: A conquista do Estado) mostram a participação de empresários no financiamento do golpe, o que demonstra mais uma vez a relação entre a

"pela conta de Stanislaw Meireles passava muito dinheiro. Eu poderia comprar um carro todo mês. Havia um fixo garantido, o correspondente a 5 mil reais hoje, mas entravam 100 mil, 200 mil (...)" (Guerra, apud: Netto; Medeiros, 2012, p. 142).

No entanto, o poder e os benefícios econômicos que ele desfrutava com a ditadura militar começaram a declinar a partir de 1982, quando o processo de abertura política ganhou força no país. Segundo Guerra, "Em 1982 a esquerda ganhou o governo aqui [Espírito Santo] e a esquerda começou a mandar quente para cima de mim. Que eu tinha mandado matar fulano, sicrano..." (Guerra, apud: Assis, 2020, p. 96, grifo nosso). É nesse contexto de declínio do regime militar e de seu próprio poder que ele afirma ter ingressado na contravenção. O cargo de chefe de segurança do jogo do bicho, segundo relata, teria sido obtido por intermédio de Freddie Perdigão, "o coronel Perdigão era chefe da cúpula da segurança do jogo do bicho. E ele disse que não estava mais precisando daquilo, que eu assumisse o lugar dele" (Guerra, apud: Assis, 2020, p. 97 e 98).

Relatórios da Polícia Federal (PF) mostram que ele conciliou o cargo de delegado com a contravenção e que, inclusive, utilizou o seu poder para favorecer interesses ligados ao jogo do bicho. Em 1983, por exemplo, ele chefiou uma invasão policial à banca do contraventor Erivaldo Lira de Oliveira, a fim de obrigá-lo a se unir à organização Bancas Reunidas[13]. De acordo com o relatório da PF, "o fato teve ampla repercussão na imprensa local, considerando-se que desta feita os contraventores prejudicados apresentaram queixa na SSP/ES, alegando que foram roubados em 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) entre joias e dinheiro" (Arquivo Nacional, 1989, p. 12). O documento ainda apontava que, "Claudio Antônio Guerra e seu grupo, incrustado na SSP/ES, atua como poder paralelo de alta periculosidade, acima dos poderes constituídos e da

iniciativa privada e a ditadura. Para saber mais, Ver: Dreifuss, 1987. Weichert, 2008.

[13] A organização "Bancas Reunidas" está relacionada à expansão do jogo do bicho no Espírito Santo. De acordo com as informações disponíveis, Aílton Guimarães Jorge – militar também vinculado às violações de direitos humanos durante a ditadura – saiu do Exército em 1981 e se tornou um dos grandes nomes do jogo do bicho. Com a ajuda de Cláudio Guerra, ele teria assumido a liderança da jogatina capixaba ao comprar as bancas dos principais bicheiros do Estado. Ver: Brasil, 2014, p. 875. Otavio; Jupiara, 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/delegado-abriu-as-portas-do-jogo-no-es-para-guimaraes-10282620. Acesso em: 21/08/2026.

própria lei, sem que nenhuma providência seja tomada pelo governo daquele Estado...” (Arquivo Nacional, 1989, p. 13)

A Polícia Federal também levantou suspeitas do envolvimento de Guerra em diversos outros crimes, delineando um histórico marcado por abusos de poder, articulações ilícitas e uma longa trajetória de impunidade[14]. Nesse período, a imprensa nacional também desempenhou um papel importante na desconstrução da imagem de Guerra perante a sociedade capixaba, no sentido de expor os seus crimes e romper com a imagem de “justiceiro” que até então ele desfrutava (Netto; Medeiros, 2012, p. 26). Em 1989 ele acabou sendo preso pela Operação Dinossauro[15], conduzida pela PF, o que mostra o declínio efetivo do seu poder e da sua “imunidade” no Espírito Santo.

Depois desse episódio, ele ainda foi preso e solto diversas outras vezes, o que colaborou ainda mais para o desgaste de sua figura no Estado. Ao refletir sobre sua própria derrocada, Guerra afirmou, “era uma época em que todo mundo queria me liquidar no Espírito Santo; eu tinha perdido o poder do regime militar, estava vulnerável e todos começaram a levantar o meu passado” (Guerra, apud Netto; Medeiros, 2012, p. 203).

Entre os diversos crimes a ele atribuídos, destaca-se o assassinato do bicheiro Jonathas Bulamarques, pelo qual foi condenado a 42 anos de prisão. Por esse crime, ele cumpriu seis anos da pena em presídios e outros quatro em delegacias, o que lhe permitiu passar para o regime semiaberto em fevereiro de 2010 (Netto; Medeiros, 2012). A respeito do período em que esteve detido em delegacias, Guerra afirma que, “fui para a prisão, perdi toda aquela autoridade que eu achava que tinha, aquele negócio todo. Mas foi uma prisão light, que eu ficava dentro de uma delegacia. Eu não me emendei. Aí fui pronunciado, fui solto” (Guerra, 2013). No início dos anos 2000, contudo, ele foi novamente preso, dessa vez em um presídio comum. Sobre essa segunda prisão, ele diz que, “ali eu estava triste demais, achando que era o fim do poço. Acostumado a mandar,

[14] De acordo com relatórios da Polícia Federal, Guerra teria participado de homicídios, tráfico de drogas, contrabando de armas, extorsão e práticas sistemáticas de intimidação. Além desses crimes, ele também teria utilizado reiteradamente o seu cargo para interferir em investigações a fim de proteger indivíduos com os quais mantinha vínculos pessoais. Ver: Arquivo Nacional, 1989.

[15] A operação visava combater o jogo do bicho no Espírito Santo.

acostumado a ter regalias e lá não tinha...” (Guerra, 2014).

A prisão, portanto, representa a perda completa do poder e do *status* que ele afirma ter exercido ao longo da ditadura e nos anos posteriores ao fim do regime. Todavia, é justamente nesse lugar que acontece a sua conversão religiosa, interpretada por ele como um ponto de inflexão na sua trajetória pessoal. De acordo com o ex-delegado, a conversão aconteceu em 2006, quando ele teve contato com um grupo de evangélicos que fazia trabalhos missionários no presídio em que ele cumpria pena (Guerra, 2013). Após se converter, ele diz ter visto a necessidade de romper o “silêncio”, ou seja, falar sobre os crimes que havia cometido durante o regime militar,

> Na cadeia eu passei a conhecer Jesus. Ao me aprofundar no conhecimento da palavra do Senhor, vi a necessidade de caminhar para além do perdão. E assim resolvi vir a público revelar todos os meus atos de quando trabalhei em favor do regime militar (Guerra, apud: Netto; Medeiros, 2012, p. 32)

Como exposto, o rompimento do silêncio ocorreu primeiramente por meio do livro *Memórias de uma Guerra Suja*, escrito por Marcelo Netto e Rogério Medeiros[16]. Conforme explica Medeiros na introdução da obra, ele havia produzido, nos anos 1980, uma série de reportagens que prejudicaram a imagem de Guerra ao expor os seus crimes. Por isso, ele se surpreendeu ao ser procurado por uma advogada, em 2009, que o convidou a visitar Guerra em um hospital penitenciário. De acordo com o jornalista, “estranhei, mas fui ao local na certeza de que o assunto seria a antiga reportagem que implicara na sua prisão” (Netto; Medeiros, 2012, p. 14). Contudo, o “assunto” do ex-delegado era outro: um pedido para que Rogério Medeiros, seu antigo “inimigo”, escrevesse as suas memórias. É interessante notar que partiu do próprio Guerra a escolha do biógrafo, o que mostra a sua agência no processo de optar por falar de seus crimes e em eleger quem deveria publicá-los.

Ao descrever o encontro no hospital, Medeiros destacou o impacto causado pelo estado físico do detento, “Nesse nosso encontro no hospital,

[16] O livro teve grande repercussão, chegando a figurar na lista de mais vendidos do país. De acordo com as informações da editora Topbooks, foram feitas 40.000 cópias do exemplar (considerando as reimpressões). Não encontramos informações sobre Guerra ter recebido ou não parte do dinheiro das vendas.

assustei-me com o seu aspecto físico: ele estava magérrimo, alquebrado, dentro de um uniforme tosco de presidiário, em desacordo com quem sempre ostentou roupas de fino trato" (Netto; Medeiros, 2012, p. 15 e 16). O jornalista também apontou que o estado de saúde de Guerra era grave – ele sofria de gota, diabetes descontrolada e problemas cardíacos –, o que o levou a considerar a possibilidade de que o detento falecesse antes que voltassem a se encontrar novamente (Netto; Medeiros, 2012, p. 16).

Ainda de acordo com Medeiros, Guerra afirmou que o escolheu como biógrafo pela qualidade das reportagens dos anos 1980 que, apesar de o terem prejudicado, continham muita verdade. Nas palavras do jornalista, "Embora muito prejudicado pelo meu trabalho, ele disse que não poderia deixar de reconhecer a honestidade do repórter" (Netto; Medeiros 2012, p.15). Em relação às motivações para romper o silêncio, como veremos, Cláudio Guerra as vincula à sua conversão religiosa. Entretanto, acreditamos que o seu estado de saúde também possa ter influenciado na decisão, no sentido de tê-lo feito refletir sobre a sua trajetória na repressão.

A partir das conversas com Guerra e de pesquisas complementares, Marcelo Netto e Rogério Medeiros publicaram o livro de 2012. Vale pontuar que até a publicação da obra, a trajetória de Guerra na repressão era totalmente desconhecida e que ele nunca figurou na lista de torturadores do regime militar[17]. Esse fato contribuiu significativamente para que a sua palavra levantasse inúmeras suspeitas, uma vez que ele era uma figura até então ignorada.

Todavia, como exposto, há evidências que confirmam a veracidade de parte de suas declarações. A sua ligação com o coronel Freddie Perdigão, por exemplo, foi confirmada pelo tenente-coronel Paulo Malhães[18], em depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Além disso, algumas das afirmações de Guerra foram validadas por outros depoimentos e/ou documentos. E, finalmente,

[17] Tais listas foram produzidas por presos políticos, desde os anos 1970, com o objetivo de denunciar as sevicias sofridas.

[18] Paulo Malhães foi um oficial do Exército que atuou nos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira, em especial no Centro de Informações do Exército (CIE), estando diretamente envolvido em operações clandestinas de perseguição, sequestro, tortura e ocultação de cadáveres. Malhães também foi um dos responsáveis pela montagem da *Casa da Morte*, local onde Freddie Perdigão também atuou.

as investigações do Ministério Público Federal atestaram a veracidade de suas declarações acerca da incineração dos corpos de 12 militantes na Usina Cambahyba[19].

Posto isso, consideramos que ele realmente possa ter prestado serviços à repressão e sustentamos que parte de suas declarações apresenta verossimilhança histórica, podendo ser comprovadas por outros documentos e testemunhos. Contudo, pontuamos também que há muitas áreas nebulosas em suas "revelações" e que há a possibilidade de ele ter ampliado a sua própria participação na engrenagem repressiva a fim de ganhar algum tipo de destaque ou atenção midiática. Nesse sentido, suas falas devem ser lidas com cautela e submetidas a uma análise crítica, procedimento fundamental do trabalho historiográfico.

2. O DEPOIMENTO DE GUERRA À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade no Brasil foi criada pela Lei 12.528, com o objetivo de esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. Apesar do longo período abarcado, o foco das investigações era o regime militar (1964-1985), momento em que a repressão política se estruturou de forma sistemática no interior do Estado[20]. Sem atribuições judiciais ou punitivas, a principal missão da CNV era reconstruir o funcionamento do aparato repressivo e examinar as responsabilidades institucionais, além de contribuir para o direito à memória e à verdade no país.

De modo geral, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade tiveram início em 2012 e se estenderam até 2014, quando o relatório final foi entregue à então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. No âmbito de seus trabalhos

[19] Após oito anos de investigação, o Ministério Público Federal confirmou a veracidade das declarações de Guerra acerca da utilização da Usina Cambahyba para incinerar os corpos de militantes mortos pela ditadura. Em decorrência dessas conclusões, o MPF apresentou denúncia contra o ex-delegado, em 2019, sustentando que ele teria agido por motivo torpe e que os crimes praticados não poderiam ser abrangidos pela Lei de Anistia.

[20] A proposta inicial era a de que a Comissão Nacional da Verdade investigasse apenas os crimes da ditadura militar. Contudo, após embates com setores contrários à iniciativa, ligados às Forças Armadas, o governo federal apresentou um projeto que ampliou o recorte temporal da investigação.

investigativos, a Comissão convocou 132 agentes da repressão para prestarem depoimento ao longo de seus dois anos de trabalho. Entre os agentes convocados estava Cláudio Guerra, que depôs em três ocasiões distintas: 2012, 2013 e 2014. Além disso, ele também participou de diligências investigativas organizadas pela CNV e colaborou com as Comissões Estaduais da Verdade, espalhadas por todo o país[21].

O primeiro depoimento de Guerra à Comissão Nacional da Verdade foi prestado em junho de 2012. Nessa ocasião, os comissionados buscaram confirmar as informações presentes no livro *Memórias de uma Guerra suja* e reunir informações úteis para as investigações que ainda seriam realizadas. O ex-delegado, por sua vez, confirmou a narrativa da obra e procurou se posicionar como um colaborador importante, chegando a se colocar como parte da própria Comissão ao recorrer à primeira pessoa do plural em suas falas, "Nós temos que vê se... Ir lá, descobrir isso lá. Talvez o Vagner informe. Se nós trouxermos o Vagner para cá, ele sabe. Tem que tentar trazer ele para o nosso lado" (Guerra, 2012, grifo nosso). O emprego reiterado do "nós", ao longo de todo o depoimento, sugere uma tentativa de borrar a fronteira entre ele e os comissionados, gerando um deslocamento da condição de "investigado" para a de um sujeito ativo no processo de investigação. Nesse mesmo depoimento, Guerra também ensaiou críticas à atuação dos procuradores ao declarar que os agentes da repressão não falariam por medo de futuras punições,

> Claudio Guerra: Pois é, seria ideal conversar (inteligível), se for com os Procuradores ninguém vai falar.
>
> Comissão Nacional da Verdade: Não, não, Procurador não tem nada a ver com...
>
> Claudio Guerra: Ninguém vai falar, porque se eu tivesse receio de punição eu não teria falado, porque eles chegaram: "O que você falar aqui vai ser usado contra o senhor, tal, tal, você vai ser processado" (Guerra, 2012, grifo nosso)

Como se observa, o depoente parece ter buscado construir uma distinção

[21] As comissões estaduais da verdade surgiram a partir de iniciativas dos governos estaduais e da sociedade civil, sobretudo após a criação da Comissão Nacional da Verdade. Embora não estivessem juridicamente subordinadas à CNV, essas comissões atuaram de forma articulada, com o objetivo de aprofundar investigações em âmbito local. Vale destacar que nesse contexto também surgiram muitas comissões da verdade ligadas a instituições específicas, como as Universidades. Ver: Fernandes, 2025.

entre ele e os demais agentes da repressão que estariam com “medo”, devido ao trabalho dos procuradores. Vale destacar que, embora a Comissão não tivesse caráter punitivo, suas investigações poderiam servir de base para futuras ações judiciais contra perpetradores e colaboradores do regime. De modo implícito, portanto, Guerra sustentou a ideia de que a construção da verdade só seria possível em um ambiente não punitivo[22], ao mesmo tempo em que parece ter negociado – ainda que de forma velada – alguma garantia de não punição.

No segundo depoimento, ocorrido em agosto de 2013, os comissionados se concentraram na participação da Igreja na repressão. De modo geral, Guerra contribuiu muito pouco para o esclarecimento das questões levantadas pelos comissionados, uma vez que sua vinculação com a religião só teve início após o término do regime militar. Nesse depoimento, ele também manifestou insatisfação com a falta de credibilidade atribuída às suas narrativas e apontou a necessidade de a Comissão realizar investigações mais aprofundadas. Como afirmou, “Não houve grande credibilidade nas minhas narrativas, não sei se foi isso, porque, eu não sei... Eu sei que não foram feitas as diligências, eu vejo a necessidade” (Guerra, 2013).

Por fim, em julho de 2014, Guerra prestou o seu último depoimento à Comissão Nacional da Verdade. A audiência contou com a presença de jornalistas e, do ponto de vista investigativo, revelou-se uma das mais consistentes. Diferentemente dos encontros anteriores, os comissionados estavam mais preparados e dispunham de uma base documental e informacional ampla, acumulada ao longo das investigações e dos depoimentos já colhidos. A audiência se organizou em blocos e abordou diversas questões, como as execuções, os desaparecidos políticos, o caso da estilista Zuzu Angel[23], os centros clandestinos e os atentados terroristas promovidos durante a transição

[22] Há uma discussão no campo de estudos dos perpetradores acerca dessa questão. Alguns intelectuais defendem que a via judicial poderia comprometer a construção da “verdade”, uma vez que dificultaria o rompimento do silêncio dos perpetradores. No entanto, Valentina Salvi e Claudia Feld criticam tal visão e, com base no caso argentino, mostram que a busca por “verdade” e “justiça” não são excludentes. Ver: Feld; Salvi, 2020.

[23] Zuzu Angel foi uma estilista brasileira que lutou para encontrar o seu filho, Stuart Edgard Angel Jones, militante do MR-8 assassinado pelo regime militar. Em 1976 ela morreu em um suposto acidente de carro, que sempre levantou suspeitas de que se tratasse de um atentado promovido pelos órgãos de segurança e informação. Em 2025, o Estado brasileiro alterou a certidão de óbito de Zuzu e, dessa forma, reconheceu oficialmente a responsabilidade estatal por sua morte.

política[24].

Ao longo do primeiro e do segundo bloco, Guerra reconheceu por meio de fotografias as pessoas que ele afirma ter incinerado e as que ele diz ter executado, sempre a mando do coronel Freddie Perdigão. Em relação ao caso Zuzu Angel, ele afirmou que a estilista foi assassinada por agentes da repressão em 1976 e que o "acidente" teria sido uma encenação para desviar o foco das investigações. Para comprovar as suas declarações, ele apresentou uma fotografia na qual o coronel Freddie Perdigão – supostamente – aparece na cena do acidente[25]. A fotografia foi vista pelos membros da Comissão Nacional da Verdade como uma evidência importante e que convergia com as conclusões das investigações que eles estavam realizando.

Ao abordar os crimes promovidos pela extrema direita durante a transição política, Guerra comentou o atentado fracassado do Riocentro[26], admitiu ter participado da ação e afirmou que a sua "missão" consistia em prender militantes de esquerda que seriam incriminados pela explosão. De acordo com o seu depoimento, "a minha equipe seria encarregada de prender pessoas da ALN pra ser responsabilizadas pelo fato. Inclusive, as placas lá do Riocentro foram pichadas com sigla da ALN para ser responsabilizada" (Guerra, 2014). O ex-delegado também sustentou que os responsáveis pelo atentado do Riocentro seriam os mesmos que estiveram envolvidos na explosão ocorrida na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1980, em um ataque que resultou na morte da funcionária Lyda Monteiro[27].

[24] Ao longo da transição política (1979-1985) diversos atentados foram promovidos por setores vinculados à extrema direita, com o objetivo de barrar o processo de abertura.
[25] A foto apresentada por Guerra foi tirada pelo jornalista Otávio Magalhães, do jornal O Globo. Ver: Carvalho, 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/comissao-da-verdade-diz-que-foto-comprova-envolvimento-de-militares-na-morte-de-zuzu-angel-13377336. Acesso em: 26/12/2025. Vale destacar que embora a foto tenha sido tratada como uma evidência importante, não foi possível "comprovar" que realmente se tratava do coronel Freddie Perdigão na imagem.
[26] O atentado do Riocentro, como ficou conhecido, ocorreu em abril de 1981, durante os shows em comemoração ao Dia do Trabalhador, no Rio de Janeiro. Na ocasião, setores vinculados à extrema direita militar planejaram a detonação de explosivos com o objetivo de provocar pânico e atribuir a autoria do crime a grupos de esquerda. Contudo, o atentado fracassou após a explosão acidental de uma das bombas no automóvel de agentes da repressão, o que resultou na morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário e na mutilação do capitão Wilson Machado.
[27] O ataque consistiu na explosão de uma carta-bomba enviada para a sede da OAB, com o objetivo intimidar a entidade devido ao seu papel na denúncia de violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar. Lyda Monteiro, chefe da secretaria do Conselho Federal da OAB,

A respeito do atentado contra a OAB, Guerra apontou o envolvimento de Magno Cantarino Motta, mais conhecido como agente “Guarani”, na execução do ataque. As declarações do depoente tiveram peso significativo e, segundo a CEV-RJ, contribuíram para o avanço e a elucidação do crime. De acordo com as conclusões do relatório da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos da CEV-RJ, o atentado teria sido planejado por Freddie Perdigão; a bomba utilizada teria sido confeccionada pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário (morto no atentado do Riocentro, o que corrobora a versão sustentada por Guerra de que se tratava das mesmas pessoas); e Magno Motta teria ficado a cargo da entrega do artefato no escritório da OAB (Brasil, 2015). Com base nas investigações – fundamentadas no depoimento de uma testemunha ocular e nas declarações de Guerra e de outros dois agentes da repressão –, a CEV-RJ optou por incluir o nome de Magno Cantarino Motta em seu relatório final[28].

Em relação à violência perpetrada, Guerra falou com muita naturalidade sobre seus crimes nos três depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade. Sem apresentar sinais evidentes de constrangimento, ele relatou tanto a incineração de corpos na Usina Cambahyba, a mando de Freddie Perdigão, quanto as marcas de tortura observadas em algumas vítimas. A respeito de Ana Rosa Kucinski[29], por exemplo, ele declarou que, “ela foi muito torturada. Ela estava visivelmente que havia sido violentada. Com os órgãos genitais cheio de sangue, a roupa toda cheia de sangue” (Guerra, 2014). No entanto, o ex-delegado insistiu que nunca participou de nenhuma sessão de tortura e que sempre foi contrário à prática,

> Claudio Guerra – Eu nunca participava [a respeito das sessões de tortura]
>
> Comissão Nacional da Verdade – Eu sei que nunca participava, mas chegava...

foi quem abriu a correspondência e acabou sendo vitimada pelo explosivo.

[28] A CEV-RJ incluiu o nome de Magno Cantarino Motta em seu relatório final, vinculando-o ao atentado contra a Ordem dos Advogados do Brasil. No entanto, o seu nome não consta no relatório final da CNV, pois as comissões utilizaram critérios diferentes para apurar e atribuir responsabilidades em seus relatórios.

[29] Ana Rosa Kucinski Silva foi professora da Universidade de São Paulo e militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Em abril de 1974 ela foi presa em São Paulo por agentes da repressão, enquanto estava em companhia de seu marido, Wilson Silva. Desde então, ambos permanecem desaparecidos.

> Claudio Guerra – Eu era contra, o coronel sabia que eu era contra.
>
> Comissão Nacional da Verdade – Você se manifestava?
>
> Claudio Guerra – Eu me manifestava que era contra (Guerra, 2012, grifo nosso)

Como se pode ver, Guerra buscou se desvincular das práticas de sevícia e se apresentar como alguém moralmente contrário a elas. Essa postura contrastou com a naturalidade com que ele narrou assassinatos e ocultações de cadáveres, evidenciando a existência de uma espécie de distinção moral entre "torturar" e "matar" para o depoente. No depoimento prestado em 2013, essa hierarquização moral da violência apareceu de forma mais explicita em sua fala, "eu esclareci no meu livro, eu não, eu nunca participei da tortura. Eu participei de execuções..." (Guerra, 2013). Vale destacar que a tortura ocupa um lugar particularmente sensível nos relatos de perpetradores, justamente por se tratar de uma prática amplamente condenada no plano moral, jurídico e político. Por essa razão, como observa João Roberto Martins Filho, a tortura tende a ser sempre apresentada como obra de "terceiros" (Martins-Filho, 2001).

Ainda sobre a questão da violência, são raros os momentos em que Guerra mobiliza o arrependimento para se referir aos crimes que cometeu. Em entrevista à jornalista Denise Assis, em 2014, ele afirmou abertamente que não se arrependia: "eu fiz tudo isto [os depoimentos] não por arrependimento. Eu fiz porque eu hoje, como um homem que teme a Deus, creio que a vida humana não pode ser tirada em circunstância nenhuma (...)" (Assis, 2020, p. 21, grifo nosso). Contudo, durante o seu segundo depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 2013, ele deu um pequeno indício de arrependimento ao declarar que teria mudado após a sua conversão religiosa, "Foi aí que eu comecei a mudar, me arrependendo das coisas que eu tinha feito" (Guerra, 2013, grifo nosso).

De acordo com os princípios da teologia evangélica, o "arrependimento" constitui um elemento fundamental da conversão. Segundo o teólogo John Piper, ele está relacionado ao nascimento do "novo" homem e é uma concessão de Deus (Piper, 2013, p. 55). Na mesma direção, Weslley Scarpini Miranda aponta que o arrependimento é um princípio básico para o início de uma nova jornada

espiritual, sendo impossível viver uma vida cristã sem arrependimento (Miranda, 2024). Sendo assim, pode soar contraditório, à primeira vista, que o depoente relacione o rompimento do seu silêncio à religião, ao mesmo tempo em que não aborda o arrependimento como um elemento estrutural de sua fala (chegando a dizer que não se arrependia).

Contudo, para Guerra, o próprio ato de narrar seus crimes parece estar vinculado com a redenção espiritual que ele busca e que também encontra sustentação na teologia cristã[30]. Dessa forma, ainda que ele não evoque o "arrependimento" – no sentido de remorso – como um elemento central de seu discurso e até mesmo o negue, a confissão por si só, na lógica de sua narrativa, parece demarcar a cisão entre o seu "eu" do passado e o seu "eu" do presente. Nesse sentido, narrar seus crimes passa a ser encarado como uma espécie de compromisso assumido com "Deus" a partir de sua conversão[31]. A esse respeito, o psicólogo Eduardo Passos, que entrevistou Guerra para o documentário *Pastor Claudio*[32], afirma que,

> Ele não manifesta nenhum sentimento de culpa porque ele está em missão. Ele estava em missão quando seus superiores eram os militares do golpe e ele se torna agora agente de uma outra missão, que é a missão evangélica, com um outro chefe, Deus, que o convoca a narrar, a contar. Então, ele está totalmente à vontade para contar, ele conta com detalhes e com uma frieza de alguém que está em missão divina. (Passos, Apud: Leandro; Araújo, 2020)

Ainda em relação aos crimes cometidos, Guerra também não apresenta grandes justificativas para suas ações do passado. Em seu depoimento de 2014, por exemplo, ele apenas mencionou que era um cumpridor de ordens e que acreditava estar do lado certo na época, "Hoje eu analiso e poderia ter dito não para várias situações. Mas, eu era cumpridor de ordem. Servia um poder que eu achava que estava certo que era uma guerra que estava combatendo um

[30] O "arrependimento" na teologia cristã não está associado somente ao remorso, mas também ao reconhecimento dos pecados e a uma mudança de atitude. Ao atrelar a sua confissão à religião, portanto, Guerra parece estar mobilizando essas duas últimas dimensões do arrependimento (o reconhecimento e a mudança). Ver: Miranda, 2024.

[31] Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 2013, ele fala explicitamente que as suas "revelações" são parte de um compromisso assumido com Deus.

[32] Trata-se de um documentário dirigido por Beth Formaggini, no qual Guerra narra os crimes que cometeu durante a ditadura militar enquanto conversa com Eduardo Passos. Ver: Pastor Claudio. Direção de Beth Formaggini. 4Ventos Comunicação, Brasil, 2017.

inimigo” (Guerra, 2014).

Por fim, o traço mais marcante nas narrativas do depoente é a insistente tentativa de se apresentar como um “novo homem”, alguém que foi transformado pela religião. De modo geral, a autoimagem de “pastor” atravessa todo o seu discurso e funciona como um eixo estruturante de sua fala, a partir do qual ele busca conferir legitimidade às suas revelações e, simultaneamente, produzir uma identidade distinta daquela associada ao seu passado na repressão. Durante o depoimento de 2014, ele chegou a se comparar com o apóstolo Paulo e pediu para ler a Bíblia durante a audiência,

> O Paulo que todos nós sabemos que antes ele era perseguidor das pessoas que serviam a Cristo. Matava e torturava. Ele passou a ser pregador da palavra e passou a sofrer. Não estou querendo dizer aqui que eu sou santinho, que eu estou sofrendo não. Eu estou pagando o preço (...) Por isso eu quero ler esse texto aqui. Em Paulo, no livro de Atos, no capítulo 20, versículo 22 (...) (Guerra, 2014)

Como se observa no trecho acima, Guerra mobiliza a narrativa bíblica como um instrumento para reinterpretar a própria trajetória e moldar a forma como deseja ser percebido no tempo presente. Ademais, o gesto de pedir para ler a Bíblia durante a audiência evidencia a dimensão performática do seu depoimento[33], isto é, ele fez questão de associar a sua imagem com a religião e com o livro sagrado dos cristãos[34]. Nesse sentido, defendemos que ele mobiliza a religião (ainda que de maneira inconsciente) como uma prova de sua reabilitação moral e como uma forma de atenuar os crimes cometidos, enquadrados em seu discurso como parte de uma trajetória superada pela conversão ao cristianismo.

3. O VALOR OBJETIVO E SIMBÓLICO DOS DEPOIMENTOS DE CLÁUDIO GUERRA

A palavra pública dos perpetradores, como exposto, traz alguns desafios para os historiadores. No caso específico de Cláudio Guerra, os desafios estão

[33] Entendemos performance de acordo com a perspectiva de Erving Goffman, ou seja, a forma pela qual um indivíduo busca (de maneira consciente ou não) passar determinadas impressões a respeito de si mesmo. Ver: Goffman, 2025.
[34] Vale pontuar que na maioria de suas aparições públicas, Guerra está sempre com uma Bíblia nas mãos.

muito relacionados à dificuldade de cruzar as suas declarações com outras fontes documentais, a fim de comprová-las. Isso porque ainda há obstáculos no acesso aos documentos da repressão e porque muitas ações dos órgãos de segurança e informação foram propositalmente conduzidas de forma clandestina, isto é, sem deixarem registros oficiais. A própria ligação de Guerra com o regime militar, como visto, era informal e mediada pelo coronel Freddie Perdigão. Portanto, a escassez de provas por si só não invalida a palavra do depoente, mas a situa no campo da verossimilhança, daquilo que pode ser considerado plausível à luz do contexto histórico e do confronto com as poucas fontes disponíveis.

Posto isso, é verossímil que o coronel Perdigão tenha conduzido a operação que culminou no assassinato da estilista Zuzu Angel, em 1976, como afirma Guerra. A estilista era vigiada pelos órgãos de segurança e sua morte, desde o final dos anos 1990, é tratada como um atentando político. O reconhecimento do envolvimento do Estado na morte da estilista se deu por meio de testemunhas – que afirmaram ter visto o carro da vítima ser interceptado por outro – e pela revisão da perícia do acidente[35]. No entanto, os autores do crime não haviam sido identificados até as declarações de Guerra, que apontaram para a participação de Freddie Perdigão na condução da operação. Embora as acusações do ex-delegado sejam sustentadas apenas pela fotografia apresentada, elas se mostraram compatíveis com o conjunto de indícios já existentes e com o padrão de atuação dos órgãos repressivos, dos quais Perdigão foi um dos principais representantes no Rio de Janeiro.

Além disso, as declarações de Guerra sobre o atentado do Riocentro e do atentado contra a OAB, também convergiram com as investigações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade. Em relação ao último caso, vale destacar a importância do depoente para a identificação do agente Guarani, cuja participação foi também confirmada por uma outra testemunha que o reconheceu. Sendo assim, podemos afirmar que Guerra colaborou, diretamente, para a elucidação de casos importantes e que, portanto, as suas declarações

[35] No contexto das investigações realizadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

tiveram valor objetivo. Isto é, elas contribuíram para a construção da verdade e para a resolução dos crimes perpetrados pela ditadura militar.

Em relação aos seus próprios crimes, as declarações de Guerra apresentam informações capazes de esclarecer o destino de ao menos doze militantes políticos. Contudo, ainda que o Ministério Público Federal tenha atestado a veracidade dos relatos e com base nisso instaurado um processo criminal contra o ex-delegado, tais "revelações" permanecem atravessadas por incertezas. Isso porque não há vestígios dos corpos, uma vez que eles foram cremados e os fornos destruídos[36]. Além disso, o próprio Guerra afirma que reconheceu os militantes que foram incinerados anos depois, quando estava escrevendo o seu livro, o que levanta muitas dúvidas acerca da precisão desse "reconhecimento".

Algumas declarações do ex-delegado também são repletas de polêmicas e contestações, como a de que ele teria sido responsável pela morte de Manoel Aleixo da Silva[37] e a de que a morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury – personagem emblemático da repressão e do esquadrão da morte de São Paulo – não teria sido um acidente, mas um assassinato cometido por membros dos órgãos de segurança e informação[38]. Esses dois casos ilustram bem a complexidade da palavra de Guerra e a dificuldade de comprovar algumas de suas afirmações. Vale pontuar ainda que o pesquisador nunca consegue saber

[36] Após as declarações de Guerra, o Ministério Público Federal ficou responsável por investigar se os fornos da usina realmente haviam sido utilizados para o desaparecimento de corpos durante o regime militar. No entanto, em 2015, os fornos foram misteriosamente destruídos, impedindo que se realizasse possíveis perícias. Para a jornalista Denise Assis, a destruição reforça os relatos de Guerra, uma vez que indica que ali realmente havia algo que deveria ser escondido. Ver: Assis, 2020.

[37] Manoel Aleixo da Silva, também conhecido como Ventania, foi um militante do Partido Revolucionário Brasileiro (PRB). De acordo com o depoimento de sua mulher e de um amigo, ele foi levado por agentes da repressão em 28 de agosto de 1973. No dia seguinte, 29 de agosto, sua morte foi noticiada e as autoridades sustentaram a farsa de que ele teria sido morto ao resistir à prisão. Dois indivíduos foram apontados como responsáveis, mas a verdadeira autoria nunca foi identificada. Assim, o depoimento de Guerra, que afirma tê-lo matado, levantou ainda mais dúvidas sobre o caso. As investigações da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco foram inconclusivas.

[38] Em seu livro e nos depoimentos prestado à Comissão Nacional da Verdade, Guerra defende que o delegado Sérgio Paranhos Fleury foi morto pela repressão, por não respeitar as cadeias de comando e por ter utilizado recursos da repressão para benefícios próprios. Guerra afirma ainda que chegou a participar da reunião em que a morte de Fleury foi votada e afirmou que o corpo nunca passou por autopsia. No entanto, tal versão é contestada por familiares de Fleury e pelo legista Harry Shibata, conhecido por produzir laudos falsos durante a ditadura.

ao certo o limite entre as manipulações conscientes e as possíveis confusões da própria memória do depoente, marcada por seleções e esquecimentos como qualquer outra. Sendo assim, as declarações mais controversas exigem uma cautela ainda maior por parte de quem as analisa.

Finalmente, no plano simbólico, podemos dizer que as declarações do ex-delegado romperam com a narrativa oficial da ditadura – marcada pela negação da violência perpetrada no período – e, nesse sentido, contribuíram para tensionar discursos negacionistas que permanecem presentes em nossa sociedade. Portanto, ainda que marcadas por imprecisões, contradições e possíveis estratégias de autodefesa, as declarações ajudaram no fortalecimento de uma memória crítica à ditadura militar, na medida em que expuseram a violência do regime e confirmaram o relato de vítimas e de familiares de vítimas. Vale destacar ainda que as declarações de Guerra circularam por meio de matérias jornalísticas[39], entrevistas, livros e até mesmo de um documentário, o que permitiu ao seu relato alcançar um público amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura do perpetrador, de modo geral, ocupa um lugar paradoxal nas sociedades. Ao mesmo tempo em que há uma expectativa social em ouvi-los, tendo em vista que eles possuem informações privilegiadas sobre o passado de violência, suas declarações também costumam despertar o temor de muitas pessoas por serem marcadas por negacionismos, estratégias de autodefesa, silenciamentos, manipulações, mentiras e até mesmo pela reivindicação dos crimes. Tais características fizeram com que o valor da palavra desses indivíduos fosse amplamente debatido, com posições favoráveis e contrárias à "ouvi-los"[40]. De nossa parte, sustentamos que os perpetradores e suas declarações possuem importância como fonte histórica e, por isso, não devem

[39] É importante pontuar que a grande imprensa, de modo geral, só deu mais atenção para Claudio Guerra após a confirmação da verossimilhança de suas declarações pelo Ministério Público Federal.

[40] De acordo com Valentina Salvi, há pessoas que defendem que as declarações de perpetradores não devem ser consideradas, uma vez que elas são apenas "justificações" para os crimes cometidos e que isso pode causar novos traumas às vítimas. Por outro lado, ela também mostra que muitas pessoas acreditam e defendem a importância de ouvir esses indivíduos para "solucionar" aspectos relacionados ao passado de violência. Ver: Salvi, 2010, p. 72.

ser descartados por historiadores e demais pesquisadores[41].

No caso de Claudio Guerra, objeto deste artigo, buscamos evidenciar que os seus depoimentos à Comissão Nacional da Verdade contribuíram para o esclarecimento de alguns casos importantes, com destaque para o assassinato de Zuzu Angel e para o atentado promovido contra a Ordem dos Advogados do Brasil. Em relação às declarações mais controversas, acreditamos na necessidade de aprofundar as investigações e mobilizar fontes complementares, capazes de confirmar ou refutar as informações dadas por Guerra. Todavia, chama a atenção o fato de não haver, à primeira vista, um motivo evidente que explique a invenção deliberada de relatos dessa natureza, sobretudo diante dos riscos jurídicos implicados[42]. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que ele esteja em busca de alguma projeção pública ou que as suas declarações sejam estratégias para proteger terceiros ou dificultar o avanço das investigações, mas ainda assim defendemos que elas não devem ser desconsideradas de antemão.

Para além dessa dimensão mais "objetiva" do depoimento, procuramos mostrar também que Guerra utilizou as audiências para se apresentar como um "novo homem", alguém transformado pela religião. Como visto, a narrativa do ex-delegado apresenta a sua conversão ao cristianismo como um momento de transformação em sua vida pessoal e como o principal motivo para ele ter "rompido" o silêncio e optado por falar sobre o seu passado na repressão. Dessa forma, a mobilização da fé parece operar como um recurso para reabilitar a sua imagem pública no presente e para legitimar a autenticidade de suas "revelações". Além disso, ao romper com a narrativa oficial do regime militar, ele contribuiu para o reconhecimento da violência que marcou esse período da nossa história e, nesse sentido, as suas declarações possuem um valor

[41] Evidentemente, as declarações não devem ser encaradas como um acesso "direto" ao que aconteceu, elas precisam ser estudadas de forma crítica, comparadas com outras fontes e entendidas como memórias, isto é, como relatos marcados por seleções, esquecimentos e construídos a partir do presente.

[42] Como exposto, após as declarações de Cláudio Guerra sobre a Usina Cambahyba, o Ministério Público Federal promoveu investigações e, com base nas mesmas, decidiu mover um processo contra Guerra. Em 2023 o ex-delegado foi condenado, mas a decisão ainda está sujeita à recurso.

simbólico importante.

Portanto, os depoimentos de Guerra apresentam duas dimensões, uma que remete ao passado de violência e outra que se relaciona ao tempo presente, no qual ele busca se apresentar como alguém "transformado" pela conversão ao cristianismo. Esses dois tempos da palavra do perpetrador são especialmente interessantes para os historiadores que, ao contrário dos comissionados, podem concentrar a sua análise não só nas informações objetivas, mas também na historicização das declarações do depoente. Sendo assim, torna-se possível compreender não só questões relativas à repressão, mas também à forma como os perpetradores buscam se reposicionar no presente e nas disputas pela memória da ditadura.

Por fim, destacamos que estudar os agentes da repressão não significa justificar as suas ações de violência, mas sim efetuar um esforço para compreender as motivações e as circunstâncias históricas que levaram à perpetração da violência, assim como construir reflexões sobre o efeito da palavra desses indivíduos na sociedade atual. Em um contexto em que discursos negacionistas sobre o passado de violência ganham cada vez mais espaço, analisar criticamente essas vozes nos parece uma tarefa historiográfica de extrema importância para a compreensão do tempo presente e para o fortalecimento das lutas por memória, verdade e justiça.

REFERÊNCIAS

A VERDADE. **PCR desmente Cláudio Guerra, assassino da ditadura militar**. 2012. Disponível em: https://averdade.org.br/2012/06/pcr-desmente-claudio-guerra-assassino-da-ditadura-militar/. Acesso em: 8 dez. 2025.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **O "crime organizado" no Estado do Espírito Santo**. Brasil, 28 mai. 1992. Disponível em: https://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_h4/mic/gnc/ccc/920020670/br_dfanbsb_h4_mic_gnc_ccc_920020670_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11 out. 2026.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. **Atuação de Cláudio Antônio Guerra junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo.** Brasil, 12 mai. 1989. Disponível em: https://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/A

AA/89069976/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_89069976_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11 out. 2026.

ASSIS, Denise. **Claudio Guerra:** Matar e Queimar. *[S.l.]*: Kotter, 2020.

BRASIL, Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. **Relatório sobre o atentado à bomba na OAB em 27/08/1980.** Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório / Comissão Nacional da Verdade.** Volumes 1,2,3. Brasília: CNV, 2014.

CAMPOS, Lucas Almeida. **A voz do fantasma:** perpetradores de violência na ficção brasileira contemporânea. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

CARVALHO, Jailton de. Comissão da Verdade diz que foto comprova envolvimento de militares na morte de Zuzu Angel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/comissao-da-verdade-diz-que-foto-comprova-envolvimento-de-militares-na-morte-de-zuzu-angel-13377336. Acesso em: 26/12/2025.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1987.

FELD, Claudia. SALVI, Valentina. La palabra de los perpetradores y el problema de la verdade em Argentina: entre el silencio y la justicia. **ANPHLAC**, nº 29, 2020.

FELD, Claudia; SALVI, Valentina. ¿Que hacén los perpetradores cuando hablan? Aportes metodológicos a partir de una investigación sobre declaraciones públicas de represores (Argentina, 1976-2018). **Quaderns de Filologia: Estudis Literaris**, 2021.

FELD, Claudia; SALVI, Valentina. Cuando los perpetradores hablan. Dilemas y tensiones en torno de una voz controvertida. **Rubrica Contemporanea**, v. 5, n. 9, 2016.

FERNANDES, Filipe Botelho Soares Dutra. Comissionismo no Brasil: um mapeamento das comissões da verdade entre 2011 e 2024. In: Os (des)confortos da História e os futuros do ensino de História**. 33º Simpósio Nacional de História (SNH)**, Belo Horizonte, 2025.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2025.

GUERRA, Cláudio**. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade**, 25 de junho de 2012.

GUERRA, Cláudio**. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade**, Brasília Distrito Federal, 23 de julho de 2014.

GUERRA, Cláudio**. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade**, Vitória, Espírito Santo, 16 de agosto de 2013.

JOFFILY, Mariana**.** Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, 2012.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013.

JOFFILY, Mariana; CHIRIO, Maud. **Torturadores:** Perfis e trajetórias de agentes da repressão na ditadura militar brasileira. São Paulo: Alameda, 2025.

LEANDRO, Anita; ARAÚJO, Mateus. Torturadores e torturados: a violência de Estado em dois filmes brasileiros recentes. **Doc On-line**, n. 28, setembro de 2020. Disponível em:

MARTINS FILHO, João Roberto. A Memória Militar sobre a Tortura. In: TELES, Janaína (org.). **Mortos e Desaparecidos Políticos:** Reparação ou impunidade?. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001.

MELENOTTE, Sabrina. Perpetrating Violence viewed the perspective of the social sciences: debates and perspectives. **Violence: na international Journal**. 2020.

MIRANDA, Weslley Scarpini. O arrependimento e a vida cristã: interpretação canônica de Lucas 5.27-32. **Pneuma: Revista Teológica**, Curitiba, v. 03, n. 01, 2024.

NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

OTAVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. Delegado abriu as portas do jogo no ES para Guimarães. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/delegado-abriu-as-portas-do-jogo-no-es-para-guimaraes-10282620. Acesso em: 21/08/2026.

PASTOR Claudio. Direção de Beth Formaggini. 4Ventos Comunicação, Brasil, 2017.

PIPER, John. **Finalmente Vivos**. São José dos Campos: Editora Fiel, 2013.

SALVI, Valentina. Interrogaciones sobre el valor de la palabra. **Tempo e Argumento**, v. 2, nº 1, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIPRANDY, Fernando. Perpetradores no cinema sobre as ditaduras do Cone-Sul: do arquétipo ao circulo íntimo. **Antíteses**, v. 12, n. 23, 2019.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante; USTRA, Joseíta. Guerra suja de cabrassafado – só se espera canalhice. 2012. In: **Blog Lício Maciel**. Disponível em: https://liciomaciel.wordpress.com/2012/05/09/guerra-suja-de-cabrassafado-so-se-espera-canalhice/. Acesso em: 8 dez. 2025.

WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por empresas durante a Ditadura Brasileira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, 2008.

Recebido em 07/02/2026.

Aprovado para publicação em 17/08/2026.